

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

6x1: Governo quer derrubar hoje nos dois turnos

Governo e oposição já dão como certa a aprovação da derrubada da chamada escala 6x1 - seis dias de trabalho durante a semana com apenas um dia de folga. A votação em primeiro turno no Senado está prevista para esta quarta-feira, 14. A dúvida é quando ocorre o segundo turno.

Os articuladores políticos do governo no Congresso tentarão aprovar os dois turnos da matéria nesse mesmo dia, apesar das resistências da oposição. Mas a estratégia dos líderes oposicionistas é tentar empurrar o segundo turno para depois das eleições, quando seria mais fácil reunir votos contrários à derrubada da escala 6x1.

No primeiro turno, em meio às eleições presidenciais e de governadores em vários estados, nem os senadores do PL estão seguros em votar contra o projeto. A avaliação dos oposicionistas é de que a proposta do governo, de derrubada da 6x1, fortaleceu as manifestações de rua que ocorreram neste final de semana em favor da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Provocado pelo presidente a manifestar seu voto, até mesmo o candidato do PL ao Palácio do Planalto, senador Flávio Bolsonaro, já avisou que vota pela derrubada da 6x1 nesta quarta-feira. Antes, Flávio se dizia favorável ao projeto de negociação direta da escala entre patrões e empregados apresentado por seu coordenador de campanha, senador Rogério Marinho (PL-RN).

O projeto do governo já foi aprovado na Câmara por 472 votos a favor e 22 contra, no pri-

meiro Turno, e por 461 votos a 19 no segundo turno. Se aprovado pelos senadores sem alterações, será promulgado pelo presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-RN), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Os oposicionistas tentarão ainda alterar o texto, obrigando a que seja votado novamente pelos deputados.

Mas os líderes governistas não acreditam nessa hipótese. Avaliam que podem aprovar de uma vez os dois turnos de votação do projeto nesta quarta-feira mesmo.

Normalmente, após a votação em primeiro turno, o Regimento do Senado obriga a que haja um interstício de cinco dias para a votação em segundo turno. Mas a líder do governo, senadora Teresa Leitão (PT-PE), já recolheu as 54 assinaturas suficientes para dar entrada no chamado “requerimento de quebra de interstício”.

O Palácio do Planalto concluiu que, se o requerimento teve 54 assinaturas e, em plenário, o projeto conseguir nesta quarta-feira o voto favorável de 49 dos 81 senadores (três quintos) exigido pela Constituição, então a quebra de interstício será aprovada e o texto terá o segundo turno votado imediatamente.

Esta poderá ser, então, a vitória mais significativa do governo nas proximidades da eleição, com capacidade de fazer o presidente Lula tomar a frente na disputa contra Flávio Bolsonaro.

Havia expectativa quanto ao comportamento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, mas a oposição fez o favor ao governo de lançar candidatos ao cargo – o próprio Rogério Marinho e a senadora Tereza Cristina (PP-MS). Para ser reeleito ao comando da Casa, a única esperança de Alcolumbre agora é a vitória de Lula nas urnas e o apoio do futuro governo.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Flávio e o querer sem querer

O apoio tardio de Flávio Bolsonaro (PL) ao fim da escala de trabalho seis por um entra na lista dos sapos que ele se viu obrigado a engolir na campanha. Pior, um anfíbio que, diferentemente da ida à missa e do carinho em boneca inspirada em Nossa Senhora Aparecida, quebra compromissos assumidos com poderosos apoiadores, representantes do tal mercado.

Ontem, ao tratar do tema, o vencedor do primeiro turno da eleição presidencial não conseguiu esconder seu constrangimento ao antecipar seu voto favorável ao que antes classificava de oportunismo do adversário, o presidente Lula (PT).

Mesmo ao admitir que a maioria dos trabalhadores é favorável ao regime cinco por dois, Flávio enalteceu as qualidades de outra proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) e que estabelece a livre negociação de horas trabalhadas entre patrões e empregados.

Deixou evidente que é contra o fim da da seis por um e que só vai dizer sim à PEC por medo das urnas. É como se tivesse invertido a desculpa do Chaves — o personagem do seriado mexicano interpretado por Roberto Bolaños, aquela história do “sem querer querendo”. Flávio vai fazer o que diz que agora quer, mas não quer.

O PL procurou sabotar a PEC por diversas vezes. Quando a proposta ainda estava na Câmara dos Deputados, o líder do partido, Sós-tenes Cavalcanti, tentou apresentar emenda

ainda mais generosa — e, por isso mesmo, inviável: criava a jornada de quatro dias de trabalho por três de descanso. Não colou.

No Senado, a resposta do partido de Flávio Bolsonaro foi a da PEC que garantiria ao trabalhador a prerrogativa de negociar horas de serviço, uma uberização ampla, geral e irrestrita.

O problema é que, diferentemente do que ocorre com motoristas de aplicativos, que decidem o quanto vão rodar a cada dia, empregados têm força reduzida diante dos patrões, principalmente depois que a reforma de Michel Temer quebrou os sindicatos. Além disso, empresas têm rotinas que exigem jornadas compatíveis com o ritmo da produção e da prestação de serviços.

Shoppings, que empregam 1,1 milhão de pessoas, trabalham, hoje, com dois turnos. Seria inviável que cada loja tivesse funcionários com diferentes escalas. A PEC do PL ainda teria o agravante de, graças à remuneração proporcional à jornada, fazer com que empregados recebessem menos de um salário mínimo.

Ontem, poucas horas depois da declaração de voto de Flávio, a colunista Bela Megale, de O Globo, publicou que lideranças do PL procuraram lideranças empresariais para dizer que, instalado na Presidência, o filho de Jair Bolsonaro aproveitaria a maioria conservadora obtida nas urnas, que chegará ao Congresso em fevereiro de 2027, para aprovar a PEC de Marinho e, assim, sepultar a que deve ser aprovada agora.

Assim, além de cassar ministros do Supremo Tribunal Federal, o Senado mandaria para escanteio a escala cinco por dois. Para citar outro personagem de Bolaños, nem o Chapolin Colorado teria tamanha astúcia.

EDITORIAL

Oriente Médio em uma turbulência sem fim

O Oriente Médio volta a ocupar o centro das preocupações internacionais em um cenário de crescente instabilidade militar, marcado pela ampliação das áreas de tensão e pelo risco de envolvimento de novas potências. O que antes parecia restrito a confrontos localizados transforma-se em uma ameaça de proporções imprevisíveis, capaz de ultrapassar fronteiras, comprometer economias e colocar em xeque a segurança internacional.

A gravidade desse novo momento está justamente na possibilidade de expansão do conflito. Países que não figuravam diretamente entre os alvos militares passam a conviver com riscos crescentes, seja pela presença de bases estrangeiras em seus territórios, seja por sua posição estratégica na região. Atingir essas nações significa ampliar o número de atores envolvidos e aumentar as chances de uma reação em cadeia, na qual cada ataque abre caminho para novas retaliações.

Nesse contexto, o envolvimento de potências como Estados Unidos, Rússia e Irã torna o cenário ainda mais delicado. A rivalidade entre esses países ultrapassa as questões regionais e reflete disputas geopolíticas mais amplas. Qualquer participação direta ou indireta dessas forças pode transformar uma crise localizada em um confronto de consequências globais, com efeitos sobre a diplomacia, o comércio internacional e a segurança energética.

Os impactos econômicos também merecem atenção. A instabilidade em uma região estratégica para a produção e o transporte de petróleo pode provocar oscilações nos preços dos combustíveis, pressionar a inflação e afetar países distantes dos campos de batalha. Para economias emergentes, como a brasileira, uma escalada prolongada pode significar custos maiores, incertezas para os investimentos e dificuldades adicionais para o crescimento.

Diante desse quadro, a comunidade internacional não pode se limitar a acompanhar a sucessão de ataques e represálias. É necessário fortalecer os canais diplomáticos, cobrar moderação das partes envolvidas e buscar mecanismos efetivos para interromper a escalada militar. A soberania dos países e a proteção da população civil precisam prevalecer sobre os cálculos estratégicos e as disputas por influência.

A história demonstra que guerras raramente permanecem confinadas aos limites inicialmente previstos. Quando prevalece a lógica da força, o espaço para o diálogo diminui e os riscos se multiplicam. O Oriente Médio vive mais um momento decisivo, no qual a prudência pode evitar uma tragédia ainda maior. Adiar a diplomacia em nome da superioridade militar é uma aposta perigosa, cujo preço poderá ser pago não apenas pelos povos diretamente envolvidos, mas por todo o mundo.

OPINIÃO DO LEITOR

Guerreiros

Outubro também destaca cidadãos lembrados pela digna trajetória que plantaram e cultivaram a vida inteira. O cearense de Crateús, Valmir Campelo honrou todos os cargos que ocupou. Administrador do Gama, Brazlândia e Taguatinga, deputado constituinte, vice-presidente do Banco do Brasil, senador e ministro do Tribunal de Contas da União. **Vicente Limongi Netto**, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal